

PARECER/2022/83

I. Pedido

1. O Instituto dos Registos e do Notariado, I.P. (IRN) veio submeter à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) um projeto de protocolo que visa regular o acesso da Polícia Municipal de Ponta Delgada ao registo automóvel, para efeitos de fiscalização do cumprimento do Código da Estrada e legislação complementar nas vias públicas sob a jurisdição do respetivo município.
2. A CNPD emite parecer no âmbito das suas atribuições e competências enquanto autoridade administrativa independente com poderes de autoridade para o controlo dos tratamentos de dados pessoais, conferidos pela alínea c) do n.º 1 do artigo 57.º do Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), em conjugação com o disposto no artigo 36.º, n.º 4, do RGPD e nos artigos 3.º e 4.º, n.º 2, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.
3. São partes no protocolo o IRN, o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P. (IGFEJ) e a Camara Municipal de Ponta Delgada.
4. Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 5.º e da alínea b) do n.º 3 do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, a Polícia Municipal de Ponta Delgada é a entidade a quem compete a fiscalização do cumprimento das normas de estacionamento de veículos e de circulação rodoviária, incluindo a participação de acidentes de viação, na área territorial do Município de Ponta Delgada.
5. Nos termos da Cláusula 1ª do protocolo, a Polícia Municipal de Ponta Delgada «é autorizada a aceder à informação do registo de veículos, mediante consulta em linha à respetiva base de dados», localizada no IGFEJ, para a «finalidade exclusiva de prossecução da competência que lhe está legalmente cometida, no âmbito da fiscalização das normas de estacionamento de veículos e de circulação rodoviária, incluindo a participação de acidentes de viação, na área territorial do Município de Ponta Delgada».
6. São acedidos os seguintes dados: «nome, residência habitual, número e data do documento de identificação e número de identificação fiscal, quando tecnicamente disponível, ou firma, sede e número de pessoa coletiva, do proprietário ou locatário ou usufrutuário, e ainda os ónus e encargos por data da ocorrência do facto e quando tecnicamente disponível». (n.º 1 da Cláusula 1ª).
7. Os acessos à base de dados são feitos através da pesquisa por matrícula do veículo e estão condicionados à identificação obrigatória do número de processo ou do auto de notícia a que respeitam. (cf. n.º 1 da Cláusula 2.ª).

8. Para efeitos de auditoria, os acessos ficam registados (logs) pelo prazo de dois anos, em conformidade com o previsto no n.º 2 da Cláusula 2ª do protocolo.
9. Nos termos da Cláusula 3.ª do protocolo, a Polícia Municipal de Ponta Delgada deve observar as disposições legais constantes do RGPD e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, designadamente quanto a respeitar a finalidade para que foi autorizada a consulta, que deverá limitar-se ao estritamente necessário, não utilizando a informação para outros fins; a não transmitir a informação a terceiros; a tomar as medidas de segurança necessárias para garantir a integridade e bom funcionamento da base de dados. É ainda proibida qualquer forma de interconexão de dados pessoais.
10. Prevê-se também que, caso a Polícia Municipal de Ponta Delgada recorra a subcontratante para dar execução ao protocolo, fique vinculada, designadamente, a garantir a segurança do tratamento, a assegurar que as pessoas envolvidas assumem compromisso de confidencialidade e a dar conhecimento ao IRN de todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas no RGPD, incluindo facilitar e contribuir para as auditorias ou inspeções conduzidas pelo IRN ou por outro auditor por este mandatado.
11. O acesso à base de dados do registo automóvel entre os dois organismos pode ser feito por uma das modalidades previstas no protocolo, sendo também obrigatória a implementação de túneis IPSEC (cf. Cláusula 4.ª).
12. Ainda segundo a Cláusula 5.ª do protocolo, a Polícia Municipal de Ponta Delgada obriga-se a comunicar previamente ao IRN a identificação dos utilizadores do acesso à base de dados, indicando nome e categoria/função, com vista à atribuição das respetivas credenciais de acesso ao sistema. Os acessos serão individualizados, e cada utilizador receberá uma palavra-chave pessoal, que o responsabilizará pelo uso que fizer do serviço. Os pedidos de criação e alteração de utilizadores são reencaminhados pelo IRN para o IGFEJ, IP, que mantém atualizada a lista de utilizadores, e a deve disponibilizar ao IRN, IP.
13. O protocolo é celebrado pelo período de um (1) ano, tacitamente prorrogável por iguais períodos. A resolução do protocolo implica a cessação imediata da autorização de acesso à base de dados do registo automóvel por parte da Polícia Municipal de Ponta Delgada (cf. Cláusulas 10.ª e 11.ª).

II. Análise

14. Quanto ao articulado, a possibilidade de os municípios acederem ao registo automóvel decorre das disposições conjugadas da alínea d) do n.º 1 e da alínea b) do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 27 de fevereiro, alterado por último pelo Decreto-Lei n.º 102-B/2020, de 9 de dezembro.

15. A Polícia Municipal de Ponta Delgada é, nos termos do artigo 5.º, n.º 1, alínea d) e n.º 3, alínea b) do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, a entidade a quem compete a fiscalização do cumprimento das normas de estacionamento de veículos e de circulação rodoviária, incluindo a participação de acidentes de viação, na área territorial do Município de Ponta Delgada.
16. De acordo com a alínea d) do n.º 2 do artigo 27.º-E do regime relativo ao Registo Automóvel, os dados pessoais do registo automóvel devem ser comunicados, para a prossecução das respetivas atribuições, às entidades a quem incumba a fiscalização do Código da Estrada. Também os n.ºs 2, 3 e 7 do artigo 27.º-E do mesmo diploma permite que a essas entidades seja autorizada a consulta em linha de transmissão de dados, desde que observadas as garantias de segurança e condicionada à celebração de protocolo.
17. Deste modo, há fundamento de legitimidade para este tratamento de dados pessoais, na vertente de acesso, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD.
18. Destaca-se como positiva e essencial a regra de obrigatoriedade de indicação do número do processo que sustenta o acesso como condição para o prosseguimento da pesquisa e consequente acesso aos dados.
19. No que diz respeito aos registos para fins de auditoria (*logs*), mencionados no n.º 2 da Cláusula 2.ª a redação do protocolo é equívoca, quanto ao tipo de *logs* referidos. Com efeito, por um lado, não se afirma se há registo de *logs* dos utilizadores individuais, permitindo monitorizar o acesso e atividade de cada trabalhador (apesar de se declarar que cada um é responsável pela utilização que fizer do serviço) e quem regista e conserva essa informação.
20. Por outro lado, o protocolo não contém qualquer referência à existência de realização de *logs* do utilizador aplicacional, nem a prazos de conservação dos mesmos.
21. De facto, a redação do n.º 2 da cláusula 2.ª não é clara sobre quem regista o quê e sobre quem recai a responsabilidade de fazer e manter os registos de auditoria nem sobre o seu conteúdo. Nesse sentido, deve o texto do protocolo estabelecer que é o próprio IRN, via IGFEJ, que monitoriza os acessos à sua base de dados para fins de auditoria, registando para o efeito, no mínimo, a identificação do utilizador individual associada ao utilizador aplicacional, a data e hora do acesso, os dados introduzidos para a pesquisa e a resposta retornada. Isto independentemente de o IRN poder também impor à Polícia Municipal de Ponta Delgada que faça idêntico registo do seu lado para fins de controlo por parte da empresa da ação dos seus utilizadores.
22. Ainda no que diz respeito aos utilizadores, deve o protocolo prever, eventualmente por aditamento à cláusula 5.ª, que a Polícia Municipal de Ponta Delgada se obriga a manter, a todo o tempo, uma lista atualizada de

utilizadores, que é comunicada ao IRN/IGFEJ no início da execução do protocolo e posteriormente sempre que houver alterações a essa lista, aditando ou eliminando utilizadores.

23. No que diz respeito às medidas de segurança previstas para a transmissão de dados, bem como a obrigação prevista no n.º 3 da Cláusula 3.ª, afiguram-se de um modo geral apropriadas.

24. Quanto à participação do IGFEJ como parte neste protocolo, considera a CNPD ser esta plenamente justificada, atendendo às suas atribuições, previstas no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 164/2012, de 31 de julho.

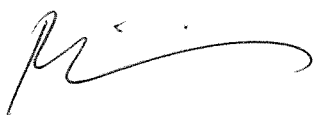
III. Conclusão

25. Considera a CNPD haver legitimidade para o acesso pela Polícia Municipal de Ponta Delgada aos dados pessoais do registo automóvel, nos limites e condições preconizados pelo presente protocolo, com as alterações decorrentes do presente parecer.

26. Assim, deve o clausulado especificar que entidade regista os acessos dos utilizadores individuais e do utilizador aplicacional e especificar o conteúdo desses registos.

27. O protocolo deve ainda prever que a Polícia Municipal de Ponta Delgada se obriga a manter, a todo o tempo, uma lista atualizada de utilizadores, que é comunicada ao IRN/IGFEJ no início da execução do protocolo e posteriormente sempre que houver alterações a essa lista, aditando ou eliminando utilizadores.

Aprovado na reunião de 6 de setembro de 2022



Filipa Calvão (Presidente)